



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada de engenharia e/ou arquitetura para a prestação de serviços para elaboração de projeto básico (incluindo aprovação nos órgãos competentes) e projeto executivo de reforma do Bloco J da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços para elaboração de projeto básico (incluindo aprovação nos órgãos competentes e obtenção das licenças para reforma) e projeto executivo de reforma do Bloco J da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.	20060	UN	01	303.300,44

1.1.1. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima, com detalhamento constante da planilha orçamentária anexa ao edital.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. Os serviços objeto deste Termo de Referência abrangem, sinteticamente, a elaboração de projeto básico (incluindo aprovação nos órgãos competentes e obtenção das licenças para reforma) e projeto executivo de arquitetura (incluindo irrigação e drenagem da fachada verde), luminotécnica, estrutural (incluindo estrutura metálica da fachada verde, estrutura metálica da cobertura, estruturas de concreto armado, fundações e reforço estrutural), instalações de drenagem de águas pluviais, instalações elétricas (inclusive rede estabilizada e aterramento), instalações de cabeamento estruturado da rede lógica, sistema de detecção, prevenção e combate a incêndio e pânico, sistema de proteção contra descargas atmosféricas, sistema de ar-condicionado (incluindo drenagem dos aparelhos e sistema de ar-condicionado) e instalações especiais (automação, CFTV, controle de acesso e segurança) de reforma do Bloco J da sede da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, localizado no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 02, Brasília/DF.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.5. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, ao passo que o prazo de execução dos serviços (conclusão dos projetos, incluindo aprovação nos órgãos competentes e obtenção das licenças para reforma, revisões e aprovação da equipe de fiscalização) será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos após a data autorizada na ordem de serviço.

1.5.1. Os prazos de vigência e de execução contratuais poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas no art. 57, § 1º, da Lei 8.666/1993, mediante termo aditivo.

1.5.2. Tal prazo contempla o prazo requerido pela fiscalização do contrato para análise e envio de observações em cada versão enviada do Projeto Básico ou do Projeto Executivo.

1.6. O valor máximo estimado da contratação é de R\$ 303.300,44 (trezentos e três mil, e trezentos reais e quarenta e quatro centavos).

1.7. Consultando o Catálogo de materiais/serviços (CATSER/CATMAT), o serviço que mais se aproxima ao aqui descrito é o de código 20060 - Elaboração, análise projeto - engenharia.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme descrita no Estudo Técnico Preliminar, abrange a prestação do serviço de elaboração de projeto básico (incluindo aprovação nos órgãos competentes) e projeto executivo para reforma do Bloco J da sede da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, com área aproximada de 9.005,70 m², localizado no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 02, Brasília/DF.

3.2. As disciplinas abrangidas pelos projetos são:

3.2.1. Arquitetura (incluindo irrigação e drenagem da fachada verde), luminotécnica, estrutural (incluindo estrutura metálica da fachada verde, estrutura metálica da cobertura, estruturas de concreto armado, fundações e reforço estrutural), instalações de drenagem de águas pluviais, instalações elétricas (inclusive rede estabilizada e aterramento), instalações de cabeamento estruturado da rede lógica, sistema de detecção, prevenção e combate a incêndio e pânico, sistema de proteção contra descargas atmosféricas, sistema de ar-condicionado (incluindo drenagem dos aparelhos e sistema de ar-condicionado) e instalações especiais (automação, CFTV, controle de acesso e segurança).

3.3. A descrição de cada peça técnica e o que minimamente deverá possuir está no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, anexo a este Termo de Referência.

3.4. A aprovação dos projetos de todas as disciplinas junto às entidades públicas competentes e obtenção de todas as licenças para reforma do Bloco J caberá à Contratada, sem ônus adicional para a Contratante.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. O contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses, prorrogável na forma da Lei nº 8.666/93.

5.1.2. O serviço enquadra-se como não continuado, nos termos do art. 16, da IN 05/2017, pois impõe ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei 8.666, de 1993.

5.1.3. A inobservância das especificações técnicas deste Termo de Referência e seus anexos implicará na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a Contratada refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

5.1.4. As normas constantes deste Termo de Referência e de seus anexos não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais, municipais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho. A Contratada deverá seguir ainda:

a) Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010;

b) Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2014;

c) Portaria SLTI/MP n.º 02, de 16 de março de 2010;

d) Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (5ª edição, revista, atualizada, ampliada. Agosto/2022);

e) Normas internacionais consagradas, em caso de falta de normas da ABNT, ou para complementar os temas previstos em normas nacionais;

f) Disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes;

g) Recomendações dos fabricantes.

5.2. **Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.**

5.3. As obrigações da Contratada e da Contratante estão disciplinadas em seção específica deste Termo de Referência.

5.4. O início da elaboração dos projetos deverá ser precedido de uma visita técnica ao local que sofrerá as intervenções. O relatório de visita técnica deverá ser encaminhado à fiscalização do Contrato pela empresa contratada em até 30 (trinta) dias corridos após a data definida para início dos trabalhos pela Ordem de Serviço. O relatório conterá as principais observações da Contratada relativas à execução dos projetos, contendo relatório fotográfico. As fotos poderão ser realizadas mediante assinatura prévia de Termo de Responsabilidade e Manutenção de Sigilo.

5.4.1. Durante essa primeira visita técnica, a Contratada deverá realizar o levantamento da edificação e de todas as medidas e dimensões, a fim de verificar a compatibilidade do anteprojeto disponibilizado pela Contratante e que servirá como referência para o desenvolvimento das demais peças.

5.4.2. É obrigação da Contratada o levantamento da atual situação da edificação, incluindo situação estrutural e caminhamentos dos sistemas complementares existentes.

5.4.3. **Adicionalmente, independente de ser ou não necessário reforço ou recuperação estrutural, a Contratada deverá elaborar Laudo Técnico de Vistoria e Avaliação Estrutural, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, deixando explícito que a estrutura resistirá às cargas permanentes, acidentais e às combinações de ações previstos nos projetos.**

5.4.3.1. O laudo deverá estar de acordo com a legislação aplicável e com as normas técnicas da ABNT, em especial a NBR 16230 e NBR 13752.

5.4.3.2. O custo do laudo e demais ensaios necessários à sua elaboração serão da Contratada, devendo estar incluso em sua proposta.

5.4.3.3. O laudo deverá ser enviado juntamente com o Relatório de Visita Técnica citado no item 5.4 deste Termo de Referência.

5.5. As especificações técnicas e demais exigências das peças técnicas produzidas deverão ser elaboradas visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água,

bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Adicionalmente, deverão ser seguidas, no que couber, as recomendações da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, em especial o art. 4º da citada Instrução Normativa.

5.6. Deverão ser especificados equipamento e aparelhos regulamentados no Programa Brasileiro de Etiquetagem com classe de eficiência "A".

5.7. A especificação de equipamentos de tecnologia da informação deverá seguir as recomendações da Portaria SLTI/MP nº 02, de 16 de março de 2010.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações dos serviços que compõem o objeto e nas obrigações da Contratada.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3445-9643 ou (61) 3445-9642.

7.1.1. Alternativamente, o agendamento pode ser realizado mediante correspondência eletrônica para os e-mails 11864@abin.gov.br, 11945@abin.gov.br e engenharia@abin.gov.br, devendo ser indicado como assunto da mensagem: "VISTORIA PARA LICITAÇÃO - PREGÃO/2022 -OBJETO: ELABORAÇÃO DE PROJETOS BLOCO J [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]".

7.1.2. No corpo do e-mail, deverão ser indicados os dados (nome, CPF, RG e função) dos visitantes, bem como o dia e o horário pretendido para a realização da visita.

7.1.3. A Contratante, verificando a inexistência de outras vistorias agendadas para o mesmo período, indicará a viabilidade ou não da realização da visita no período solicitado e, em caso negativo, indicará a data e o horário mais próximo disponível.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3.1. Por ocasião da vistoria, o Licitante, ou seu representante legal, poderá trazer "pen-drive" a fim de que sejam gravadas as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.3.2. O anteprojeto desenvolvido pela Contratante será disponibilizado às licitantes mediante prévia assinatura do **Termo de Responsabilidade e Manutenção de Sigilo**.

7.4. Realizada a vistoria, a ABIN emitirá Atestado de Vistoria, conforme modelo anexo a este Termo de Referência, atestando que a licitante vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas, relacionadas ao objeto desta licitação.

7.5. Caso a interessada opte por não realizar a vistoria nos locais, firmará declaração, conforme modelo anexo a este Termo de Referência, na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço a ser contratado.

7.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.7. A apresentação do atestado de vistoria ou da declaração de não vistoria pelo licitante, conforme modelo disponibilizado nos anexos deste Termo de Referência, serão obrigatórios na fase de habilitação do certame.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução dos serviços será iniciada logo após a emissão da Ordem de Serviço, cujo modelo está anexo a este Termo de Referência, que ocorrerá após a assinatura do Contrato.

8.1.1. A(s) ART(s) e/ou RRT deverão ser apresentadas em até 05 (cinco) dias corridos contados da assinatura do Contrato, estando condicionada ainda à conferência e à aprovação das informações nela discriminadas.

8.2. A ordem de serviço apenas será emitida após a entrega, à fiscalização do Contrato, de todas as Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs - e Registros de Responsabilidade Técnica - RRT.

8.2.1. A Contratada não poderá iniciar os serviços antes da data expressa na Ordem Serviço.

8.2.2. Em caso de falha ou erro em qualquer documento, a Ordem de Serviço não será emitida pela Fiscalização até a regularização.

8.2.3. Durante a execução dos serviços, se houver casos omissos, dúvidas, divergências, necessidade de modificações ou de readequações em algum detalhe executivo, a Contratada deverá, antes de tomar qualquer decisão, consultar a Fiscalização da Contratante, expondo seu parecer técnico sobre o assunto e aguardando sua deliberação e aprovação.

8.2.4. **Na reunião inicial, o responsável da Contratada deverá assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (SEI nº 0623570) e cada colaborador deverá assinar o Termo de Ciência de Sigilo (SEI nº 0623566).**

8.3. O contrato será gerido por uma equipe de fiscalização, devendo todas as comunicações serem realizadas com eles e preferencialmente por escrito, inclusive por e-mail.

8.3.1. É terminantemente proibida a comunicação sobre aspectos relativos à execução dos serviços com pessoas que não sejam os membros da equipe de fiscalização.

8.4. **A Contratada deverá realizar reuniões semanais presenciais com a fiscalização do contrato e com o corpo técnico da ABIN, impreterivelmente no local da prestação dos serviços.**

8.4.1. **O calendário de reuniões semanais será definido na reunião inicial, estipulando as suas datas de realização, podendo estas serem alteradas, de acordo com critérios de oportunidade e de conveniência da equipe de fiscalização ou de acordo com necessidades da própria Contratada, desde que formalizadas e aprovadas pelas partes, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data inicialmente agendada.**

8.4.2. Durante as reuniões semanais, a Contratada deverá apresentar o andamento dos trabalhos, bem como a parte do cronograma que já foi executada, a que resta e comparar com o prazo disponível para a conclusão dos trabalhos.

8.4.3. **As reuniões obrigatoriamente deverão ocorrer com os profissionais responsáveis pela execução dos serviços, assim entendidos como aqueles constantes das ART's e/ou RRT's que foi entregue previamente à emissão da Ordem de Serviço.**

8.5. As visitas ao Bloco J deverão ser realizadas nos horários de trabalho normal da Contratante, ou seja, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

8.6. Os projetos serão elaborados para o Bloco J da sede da ABIN, localizado no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 02, Brasília/DF

8.7. Os deveres e disciplinas exigidos estão dispostos nas obrigações da Contratada.

8.8. As rotinas e métodos de execução, além dos requisitos de cada etapa, estão dispostos no Caderno de Encargos, anexo a este Termo de Referência, e ao longo deste.

8.9. Todos os serviços contratados serão de total e exclusiva responsabilidade da Contratada, devendo ser desenvolvidos de forma que o produto final atenda rigorosamente às exigências deste Termo de Referência e todos os seus instrumentos anexos, das normas técnicas nacionais e internacionais, das normas de concessionárias, das normas do corpo de bombeiros (CBMDF), das recomendações de fabricantes e fornecedores e de toda a legislação federal e distrital, inclusive as de caráter ambiental.

8.10. A Contratada deverá assumir total responsabilidade no encaminhamento e aprovação do projeto legal junto aos órgãos da administração pública local, distrital e federais, devendo preliminarmente levantar suas restrições específicas e assegurar que sejam atendidas todas as condições legais exigidas, por meio de um permanente acompanhamento destas condições, baseado na perfeita identificação de requisitos em áreas urbanas e no acompanhamento da evolução das exigências das administrações públicas quanto aos projetos.

8.11. **Após a conclusão de cada etapa (Projeto Básico e Projeto Executivo), a Contratada deverá preencher, assinar e entregar à fiscalização do contrato a Declaração SEI nº 0594542, devidamente preenchida e assinada pelo responsável técnico de cada disciplina de engenharia e arquitetura, indicando-se, inclusive, o número da ART respectiva.**

8.12. Os prazos a seguir se darão em dias corridos, exceto se houver disposição expressa neste Termo de Referência em sentido contrário.

8.12.1. **O prazo para elaboração, aprovação e envio (incluindo análises pela equipe de fiscalização, aprovações nos órgãos legais e correções) da documentação inicial, projeto básico e projeto executivo (incluindo aprovação nos órgãos competentes para obtenção das licenças para reforma do Bloco J) de todas as disciplinas será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos após a data indicada na ordem de serviço.**

8.12.2. A Documentação Inicial, assim entendida como as Anotações de Responsabilidade Técnica (que devem ser emitidas e apresentadas à fiscalização do Contrato em até 5 dias após a assinatura do Contrato), o Laudo Técnico de Vistoria e Avaliação Estrutural (conforme item 5.4.3 deste Termo de Referência) e o Relatório de Sondagem Geotécnica (mínimo de 3 furos, cada um com 32 metros de profundidade mínima) deverão ser entregues completos, concluídos e estarem aprovados pela Fiscalização em até 30 (trinta) dias corridos após a data permitida para início dos serviços, constante da Ordem de Serviço. Ao final deste prazo, não deve haver nenhuma pendência ou necessidade de correção/revisão nestes Documentos e Relatórios. Tal prazo contempla o período necessário para avaliação de cada versão pela Fiscalização e o prazo para implementação das correções, pela Contratada.

8.12.2.1. Após o recebimento de cada versão desta Documentação Inicial, a equipe de fiscalização realizará a análise de todas as peças produzidas em até 15 (quinze) dias corridos. A análise feita pela fiscalização seguirá as seguintes diretrizes:

a) As imagens e/ou observações inseridas para indicar eventuais pendências ou comentários serão apenas ilustrativas para indicar um exemplo da falha/necessidade de melhoria comentada, devendo a Contratada verificar os demais pontos onde a falha/necessidade de melhoria se repete ao longo dos documentos e peças técnicas enviados.

b) A fiscalização não assumirá responsabilidade para corrigir eventuais falhas nas peças recebidas, cabendo a esta apenas apontar exemplos e devendo a Contratada corrigi-los tempestivamente.

c) A análise da fiscalização não será tida como exaustiva ou conclusiva, de forma que cabe a Contratada revisar e consolidar todas as peças e documentos enviados, podendo a

fiscalização do contrato, a qualquer tempo, apresentar pontos a serem corrigidos ou melhor explicados/detalhados.

8.12.2.2. Após a análise da equipe de fiscalização, a Contratada terá, no máximo, 10 (dez) dias corridos para conclusão de todas as correções apontadas pela equipe de fiscalização e para envio de nova versão.

a) As observações encaminhadas pela fiscalização não devem ser tratadas como ordens, podendo a Contratada avaliar os apontamentos e, caso não concorde, apresentar justificativas para as soluções adotadas, defendendo a manutenção dos parâmetros inicialmente adotados.

8.12.3. O Projeto Básico deverá ser entregue completo, concluído e estar aprovado pela Fiscalização em até 90 (noventa) dias corridos após a data permitida para início dos serviços, constante da Ordem de Serviço. Desta forma, estando a Documentação Inicial concluída e aceita no 30º dia de execução contratual, a Contratada terá 60 (sessenta) dias corridos para conclusão e implementação das eventuais observações no Projeto Básico. Caso ocorram atrasos na conclusão da Documentação Inicial, o prazo para conclusão do Projeto Básico será reduzido de forma proporcional, uma vez que o prazo total para a entrega completa, concluída e aprovada do Projeto Básico é de 90 (noventa) dias corridos. Dito de outra forma, o prazo para conclusão de uma etapa influencia o prazo para conclusão da etapa seguinte, a fim de que o marco temporal final de 90 (noventa) dias corridos para a entrega completa, concluída e aprovada do Projeto Básico seja respeitado e cumprido. Ao final deste prazo, não deve haver nenhuma pendência ou necessidade de correção/revisão no Projeto Básico. Tal prazo contempla o período necessário para avaliação de cada versão pela Fiscalização e o prazo para implementação das correções, pela Contratada.

8.12.3.1. Após o recebimento de cada versão do projeto básico, a equipe de fiscalização realizará a análise de todas as peças produzidas em até 15 (quinze) dias corridos. A análise feita pela fiscalização seguirá as seguintes diretrizes:

a) As imagens e/ou observações inseridas para indicar eventuais pendências ou comentários serão apenas ilustrativas para indicar um exemplo da falha/necessidade de melhoria comentada, devendo a Contratada verificar os demais pontos onde a falha/necessidade de melhoria se repete ao longo dos documentos e peças técnicas enviados.

b) A fiscalização não assumirá responsabilidade para corrigir eventuais falhas nas peças recebidas, cabendo a esta apenas apontar exemplos e devendo a Contratada corrigi-los tempestivamente.

c) A análise da fiscalização não será tida como exaustiva ou conclusiva, de forma que cabe a Contratada revisar e consolidar todas as peças e documentos enviados, podendo a fiscalização do contrato, a qualquer tempo, apresentar pontos a serem corrigidos ou melhor explicados/detalhados.

8.12.3.2. Após a análise da equipe de fiscalização, a Contratada terá, no máximo, 10 (dez) dias corridos para conclusão de todas as correções apontadas pela equipe de fiscalização e para envio de nova versão.

a) As observações encaminhadas pela fiscalização não devem ser tratadas como ordens, podendo a Contratada avaliar os apontamentos e, caso não concorde, apresentar justificativas para as soluções adotadas, defendendo a manutenção dos parâmetros inicialmente adotados.

8.12.3.3. Eventuais atrasos na implementação das observações enviadas pela Contratante serão de responsabilidade da Contratada.

8.12.3.4. Versões intermediárias enviadas pela Contratada serão analisadas no mesmo prazo citado anteriormente (15 dias corridos) e deverão ter as correções implementadas também no prazo já disposto (10 dias corridos).

8.12.3.5. As versões apenas serão analisadas se contiverem todos os requisitos determinados por este Termo de Referência e seus anexos, devendo abranger todas as disciplinas e documentos técnicos (projetos, planilhas, memoriais descritivos, cadernos de cálculo, memórias de cálculo, desenhos, modelos compatíveis com a metodologia BIM, etc.). Desta forma, não se analisará uma versão que, por exemplo, não contemple o orçamento ou que não contemple alguma disciplina de arquitetura e/ou engenharia.

8.12.3.6. O início da elaboração do Projeto Básico não está condicionado à aprovação da etapa anterior, de forma que a Contratada poderá desde o 1º dia de execução contratual dar andamento ao desenvolvimento do Projeto Básico.

8.12.4. O Projeto Executivo deverá ser entregue, completo, em até 150 (cento e cinquenta) dias corridos após a data permitida para início dos serviços, constante da Ordem de Serviço. Desta forma, estando o Projeto Básico concluído e aceito no 90º dia de execução contratual, a Contratada terá 60 (sessenta) dias para conclusão e implementação das eventuais observações no Projeto Executivo e para conclusão da aprovação dos projetos nos órgãos e entidades públicas competentes, obtendo todas as licenças necessárias para reforma do Bloco J. Caso ocorram atrasos na conclusão do projeto básico, o prazo para conclusão do projeto executivo será reduzido de forma proporcional, uma vez que o prazo total para conclusão de todas as peças é de 150 (cento e cinquenta) dias corridos. Dito de outra forma, o prazo para conclusão de uma etapa influencia o prazo para conclusão da etapa seguinte, a fim de que o prazo total de 150 (cento e cinquenta) dias corridos seja respeitado e cumprido.

8.12.4.1. Após o recebimento de cada versão do projeto executivo, a equipe de fiscalização realizará a análise de todas as peças produzidas em até 15 (quinze) dias corridos. A análise feita pela fiscalização

seguirá as seguintes diretrizes:

a) As imagens e/ou observações inseridas para indicar eventuais pendências ou comentários serão apenas ilustrativas para indicar um exemplo da falha/necessidade de melhoria comentada, devendo a Contratada verificar os demais pontos onde a falha/necessidade de melhoria se repete ao longo dos documentos e peças técnicas enviados.

b) A fiscalização não assumirá responsabilidade para corrigir eventuais falhas nas peças recebidas, cabendo a esta apenas apontar exemplos e devendo a Contratada corrigi-los tempestivamente.

c) A análise da fiscalização não será tida como exaustiva ou conclusiva, de forma que cabe a Contratada revisar e consolidar todas as peças e documentos enviados, podendo a fiscalização do contrato, a qualquer tempo, apresentar pontos a serem corrigidos ou melhor explicados/detalhados.

8.12.4.2. Após a análise da equipe de fiscalização, a Contratada terá, no máximo, 10 (dez) dias corridos para conclusão de todas as correções apontadas pela equipe de fiscalização e para envio de nova versão.

a) As observações encaminhadas pela fiscalização não devem ser tratadas como ordens, podendo a Contratada avaliar os apontamentos e, caso não concorde, apresentar justificativas para as soluções adotadas, defendendo a manutenção dos parâmetros inicialmente adotados.

8.12.4.3. Eventuais atrasos na implementação das observações enviadas pela Contratante serão de responsabilidade da Contratada.

8.12.4.4. As versões apenas serão analisadas se contiverem todos os requisitos determinados por este Termo de Referência e seus anexos, devendo abranger todas as disciplinas e documentos técnicos (projetos, planilhas, memoriais descritivos, cadernos de cálculo, memórias de cálculo). Desta forma, não se analisará uma versão que, por exemplo, não contemple o orçamento ou que não contemple alguma disciplina de arquitetura e/ou engenharia.

8.12.4.5. O início da elaboração do Projeto Executivo não está condicionado à aprovação da etapa anterior, de forma que a Contratada poderá desde o 1º dia de execução contratual dar andamento ao desenvolvimento do Projeto Executivo, incluindo os procedimentos de obtenção das licenças e demais aprovações em todos os órgãos competentes.

8.12.5. Ao final do 150º dia corrido de execução contratual após a data permitido para início dos serviços, constante da Ordem de Serviço, os projetos deverão estar concluídos e aprovados pela fiscalização do Contrato e totalmente aprovados em todos os órgãos competentes necessários (incluindo a inspeção de projeto com vistas à obtenção de ENCE Classe "A") e todas as autorizações para início dos serviços de reforma do Bloco J deverão estar providenciadas e entregues à Fiscalização do Contrato.

8.12.6. Caso a Contratada julgue não poder concluir os serviços de cada etapa (Documentação Inicial, Projeto Básico e Projeto Executivo) dentro do prazo de execução contratual, esta deverá expor os motivos à Fiscalização, por escrito, em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de execução da respectiva etapa.

8.12.7. Essa exposição não representa aceitação de dilação de prazo pela administração, indica apenas que será analisada, sem prejuízo da aplicação das sanções dispostas neste Termo de Referência e no Instrumento de Medição de Resultados. Adicionalmente, caso a dilação pedida seja aceita, esta será formalizada mediante termo aditivo, após análise processual pela Assessoria Jurídica e pelo Departamento de Administração e Logística.

8.13. Nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 4 de junho de 2014, o Projeto Básico e o Projeto Executivo devem ser desenvolvidos visando à obtenção da Etiqueta Nacional de Conservação Energética (ENCE) Parcial da Edificação Construída Classe "A" para os sistemas individuais de iluminação e de climatização.

8.13.1. O Projeto Executivo deverá passar, obrigatoriamente, pela inspeção de projeto, que visa à avaliação da conformidade do projeto da edificação, a partir da análise documental, conforme Regulamento Técnico da Qualidade específico.

8.13.2. Nos casos de inviabilidade técnica ou econômica, devidamente justificados pela Contratada à Contratante, deve-se atingir a maior classe de eficiência possível.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. A Contratada deverá fornecer todos os insumos, sejam eles mão de obra, materiais, equipamentos (inclusive os de segurança, individual e coletiva), peças, acessórios ou utensílios, necessários à integral prestação dos serviços englobados pelo Contrato, devendo incluir em sua proposta todos os custos que julgar serem necessários, não sendo estes objeto de medição específica.

9.1.1. A não descrição de qualquer insumo necessários à completa execução do objeto não pode ser invocada pela Contratada como motivo para eventual acréscimo de preços.

9.1.2. Mesmo a Contratante dispondo de qualquer insumo necessário à execução do Contrato, este poderá não ser cedido à Contratada, mesmo a título de empréstimo.

9.1.3. A Contratada é responsável pelo seu próprio planejamento e logística de compras, de fornecimento e de contratação de quaisquer dos insumos necessários à execução do objeto, de forma que os serviços não sejam interrompidos por atrasos dos seus respectivos fornecedores, não podendo este atraso ser invocado pela Contratada como motivo para eventual aditamento do prazo de execução.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma de desembolso mensal.
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 10.10. Exigir da Contratada que providencie o seguinte como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
 - 10.10.1. aprovação do projeto junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF);
 - 10.10.2. aprovação do projeto junto ao Governo do Distrito Federal (GDF);
 - 10.10.3. aprovação em todos os demais órgãos e agências competentes.
- 10.11. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 10.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, dos instrumentos anexos e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, além de reparar eventuais danos às instalações da Contratante em decorrência da execução dos trabalhos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
 - 11.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a Contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade.
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital OU Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante, devendo observar inclusive o regime de tributação ao qual está submetida e adequar sua proposta a ele.

11.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste termo de referência.

11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.17. Manter, durante toda a vigência do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida na Lei nº 13.146, de 2015.

11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.21. Arcar com o pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais, municipais e distritais, em consequência de fato imputável à Contratada e relacionado com este Contrato.

11.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11.23. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

- 11.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.
- 11.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 11.27. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço, fazendo constar seu nome completo, cargo, CPF e RG.
- 11.27.1. A relação nominal dos empregados deverá ser entregue, no máximo, na data da reunião inicial.
- 11.27.2. Caso haja a necessidade de entrada eventual de funcionários ou prestadores de serviços à Contratada que não estejam na listagem acima descrita, seus dados completos deverão ser enviados com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do horário previsto de sua entrada.
- 11.27.2.1. Não será permitida a entrada de funcionários eventuais cujo procedimento de solicitação de entrada não seja o descrito acima.
- 11.27.2.2. Os empregados constantes da relação nominal de empregados passará por análise da Segurança Orgânica antes da concessão da autorização de acesso, podendo esta ser, inclusive, negada, conforme critérios da própria Segurança Orgânica definidos em regulamentos internos da ABIN.
- 11.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme as categorias profissionais utilizadas na prestação dos serviços.
- 11.29. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço ou mediante critérios da Contratante, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 11.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.
- 11.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 11.32. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 11.33. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.
- 11.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 11.34.1. Providenciar, em no máximo 5 (cinco) dias após assinatura do contrato, ART's e registros/vistos necessários no CREA/DF e CAU/DF, referentes ao objeto de contrato e às suas especialidades pertinentes, apresentando prova do registro à Fiscalização do contrato para verificação e emissão da Ordem de Serviço.
- 11.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável, conforme requisito de recebimento do Projeto Executivo e de liberação do pagamento da parcela final prevista no cronograma físico-financeiro.
- 11.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de operação.
- 11.37. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao local dos serviços.
- 11.38. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.
- 11.39. Atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas;
- 11.40. Providenciar a imediata correção de deficiências apontadas pela Fiscalização quanto à execução do objeto contratado.
- 11.41. Verificar, *in situ*, as condições para a execução do contrato, tomando as precauções e cuidados necessários para garantir a estabilidade das estruturas, elevações, equipamentos, canalizações, redes, pavimentação, propriedades de terceiros, segurança dos operários e transeuntes que possam ser atingidos e sofrer avarias durante a execução de todas as etapas da obra.
- 11.41.1. A Contratada deverá recompor todos os elementos que forem danificados durante a execução dos serviços usando materiais e acabamentos idênticos ou similares aos existentes.
- 11.41.2. A Contratante poderá descontar dos pagamentos devidos à Contratada ou da garantia os valores referentes a todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços contratados.
- 11.41.3. A fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante não exclui ou reduz essa responsabilidade.
- 11.42. Manter os profissionais, quando nas instalações da Contratante, com apresentação condizente ao ambiente onde o serviço será executado e devidamente fardados e identificados com uso permanente de crachá.
- 11.42.1. A Contratada deverá também responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, na hipótese de ocorrência da espécie, sendo vítimas seus empregados, no desempenho de atividades relativas ao objeto deste Contrato, ainda que

ocorridos em via pública ou nas dependências da Contratante.

11.43. Comunicar à Fiscalização, de imediato e por escrito, qualquer irregularidade verificada e que desaconselhe ou impeça a execução do contrato.

11.43.1. A não observância do dispositivo acima transferirá para a Contratada as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

11.44. Acatar as determinações feitas pela fiscalização da Contratante no que tange ao cumprimento deste Contrato.

11.45. Observar postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas de segurança orgânica/corporativa da Contratante, incluindo a necessidade de guarda de sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, instruindo seus empregados quanto à necessidade de acatar tais normas.

11.46. Fornecer aos seus funcionários todos as ferramentas, equipamentos, EPI e EPC necessários e compatíveis com os serviços englobados no escopo do projeto, monitorando e controlando seu correto uso.

11.47. Executar os serviços nos horários predeterminados pela Contratante, conforme horário de expediente normal do órgão, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

11.47.1. Solicitar formal autorização da Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para execução de serviços fora do horário normal de expediente (noite, fins de semana e feriados).

11.47.2. A autorização estará condicionada à expressa autorização do órgão, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.

11.48. Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que a Contratante for compelido a responder, em decorrência desta contratação.

11.49. Dimensionar sua proposta de forma que englobe o fornecimento de toda ferramenta, equipamento e utensílio para uso no canteiro de serviço de acordo com o plano de execução pretendido, observadas as determinações das Especificações Técnicas e Caderno de Encargos, além de licenças, impostos, taxas e outras cobranças de órgãos públicos, associações, conselhos e entidades afins.

11.49.1. A proposta deverá considerar eventuais despesas de transporte, sejam elas de materiais ou de pessoas, dentro e fora do local dos serviços, assim como o processo de sua utilização, além da limpeza final dos locais que sofreram intervenção.

11.49.2. A proposta deverá considerar eventuais testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos.

11.50. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

11.50.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

11.51. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

11.52. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os responsáveis técnicos indicados durante a licitação e que executarão os serviços contratados. A reunião inicial também servirá para esclarecer pontos relevantes, tais como:

- a) o objeto do contrato;
- b) a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer apenas entre o Fiscal do Contrato e o preposto da Contratada;
- c) as providências previstas para a inserção da Contratada no órgão (ocupação de espaço físico, alocação de equipamentos do órgão, instalação de links de comunicação, alocação de crachás e concessão de perfis de acesso ao órgão);
- d) o modelo de execução do objeto;
- e) o modelo de gestão do contrato;
- f) o cronograma de execução física dos serviços;
- g) as formas de recebimento provisório e definitivo;

- h) os procedimentos de faturamento e pagamento;
- i) as sanções e glosas aplicáveis.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 14.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 14.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

- 14.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 14.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

- 14.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

- 14.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

- 14.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

- 14.9. Em hipótese alguma será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

- 14.10. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

- 14.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

- 14.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

- 14.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

- 14.13.1. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

- 14.13.2. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 14.13.3. No caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Termo de Referência, seus anexos e demais instruções fornecidas pela Fiscalização ou, de modo geral, com a boa prática da engenharia, poderá a Contratante, além das sanções previstas neste instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação (total ou parcial) dos trabalhos defeituosos ou a reexecução dos serviços concluídos, sem ônus à Contratante.

- 14.13.4. Os serviços rejeitados pela Fiscalização, por não estarem de acordo com este Termo de Referência, deverão ser refeitos corretamente e com antecedência necessária para não prejudicar o andamento cronológico da contratação, arcando a Contratada com o ônus do fato.

- 14.13.4.1. Ao verificar erros de execução ou serviços insatisfatórios, os fiscais devem notificar a Contratada para que os erros sejam corrigidos de modo a não comprometer a execução e qualidade do serviço.

- 14.13.4.2. Os serviços que não atenderem aos requisitos técnicos e de qualidade serão considerados insatisfatórios e deverão ser corrigidos às custas da Contratada.

14.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

15.1. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo anexo à este Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

15.2.1. Os serviços serão pagos com base nas faturas/medições emitidas pela Contratada e atestadas pela Contratante, incluindo eventuais ajustes no valor a ser pago.

15.2.1.1. Os serviços apenas serão pagos se a parcela prevista para o período estiver completamente concluída e aceita pela Contratante.

15.2.2. Para fins de pagamento, será considerado 30% do valor da etapa "PROJETOS, APROVAÇÕES, ORÇAMENTOS E DEMAIS PEÇAS" para a conclusão e aceitação do Projeto Básico e 70% do valor da etapa "PROJETOS, APROVAÇÕES, ORÇAMENTOS E DEMAIS PEÇAS" para a conclusão e aceitação do Projeto Executivo, incluindo a aprovação nos órgãos competentes, notadamente GDF e CBMDF.

15.2.2.1. As definições, requisitos e partes constituintes dos Projetos Básico e Executivo são as apresentadas no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

15.2.3. O cronograma físico-financeiro seguirá o apresentado abaixo:

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO		
DOCUMENTAÇÃO INICIAL	ELABORAÇÃO, ANÁLISE, CORREÇÃO E ACEITAÇÃO DO PROJETO BÁSICO	ELABORAÇÃO, ANÁLISE, CORREÇÃO E ACEITAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO, INCLUINDO APROVAÇÃO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES
EM ATÉ 30 DIAS CORRIDOS	EM ATÉ 90 DIAS CORRIDOS	EM ATÉ 150 DIAS CORRIDOS
6,68%	28,00%	65,32%
R\$ 20.248,36	R\$ 84.915,62	R\$ 198.136,45

15.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.3.1. não produziu os resultados acordados;

15.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:

16.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme etapas constantes da seção 8 - Modelos de Gestão do Contrato e Critérios de Medição, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;

16.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa estiverem executados em sua totalidade;

16.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

16.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.2.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e apontar as correções que se fizerem necessárias.

16.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal

técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

16.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

16.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

16.2.1.4. A aprovação da medição apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

16.2.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.2.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

16.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

16.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

16.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

16.4. Nos contratos de escopo, o recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

16.4.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

16.4.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

16.4.3. O prazo para recebimento definitivo será de 10 (dez) dias corridos.

16.4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, em seus anexos e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

17.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 17.5.1. o prazo de validade;
- 17.5.2. a data da emissão;
- 17.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 17.5.5. o valor a pagar; e
- 17.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de compensação financeira = 6% a.a. = (6/100)/365 = 0,00016438;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela a ser paga.

18. REAJUSTE

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

18.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais CEHOP/SE atualizadas pela INCC-DI para o mês setembro do ano de 2022.

18.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o índice INCC-DI exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

18.2.1. Tendo em vista que o cálculo do índice (INCC-DI) é realizado entre o primeiro e o último dia do mês, o resultado demonstra uma perspectiva mais exata dos preços do mês de referência, quando comparado ao INCC-M, calculado entre o dia 21 do mês anterior e o dia 20 do mês de referência, e ao INCC-10, calculado entre o dia 11 do mês anterior e o dia 10 do mês de referência.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

19.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

19.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

19.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.10. Será considerada extinta a garantia:

19.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do AnexoVII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o

objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

19.12. A Contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 20.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 20.1.5. cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. **Multa de:**

20.2.2.1. 0,2% (dois décimos por cento) até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, aplicado ao prazo de cada etapa prevista na seção 8 - Modelo de Execução do Objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,2% (dois décimos por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no item acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,2% (dois décimos por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,8% a 6,4% por dia sobre o valor adjudicado, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo;

20.2.2.5. 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 20.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

20.4. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,8% por ocorrência sobre o valor do contrato
02	1,6% por ocorrência sobre o valor do contrato
03	3,2% por ocorrência sobre o valor do contrato
04	6,4% por ocorrência sobre o valor do contrato

Tabela 2

--

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	04
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	03
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	02
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	01
5	Deixar de comparecer a reuniões de início dos serviços ou de avaliação/acompanhamento.	04
6	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
7	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
8	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	02
9	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	02

20.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

20.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos

específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Anteprojeto e neste Termo de Referência;

21.3.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço de engenharia compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

21.3.2.1. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão conter e atestar as seguintes informações:

a) o atestado deverá comprovar a experiência da licitante na execução de serviços com as seguintes características:

- I - Elaboração de projeto de arquitetura relativo a uma área mínima de 2.500 m²;
- II - Elaboração de projeto de detecção, prevenção e combate a incêndio e pânico relativo a uma área mínima de 2.500 m²;
- III - Elaboração de projeto de instalações elétricas relativo a uma área mínima de 2.500 m²;
- IV - Elaboração de projeto de sistema de ar-condicionado relativo a uma área mínima de 2.500 m².

a) o atestado deverá ser firmado por representante legal do contratante, indicando a respectiva data de emissão;

b) o atestado deverá mencionar o documento de responsabilidade técnica expedido em razão do serviço executado (Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT).

21.3.2.2. Será admitido somatório de diferentes atestados para a comprovação da execução anterior de todos os tipos de serviços exigidos nos incisos "I" a "IV" da alínea "a" do item 21.3.2.1 acima.

21.3.2.3. Não será aceito o somatório de quantitativos de diferentes atestados a fim de alcançar o quantitativo mínimo exigido para cada tipo serviço exigido nos incisos "I" a "IV" da alínea "a" do item 21.3.2.1 acima, em virtude da diferença da técnica a ser utilizada para a execução dos quantitativos dos serviços indicados.

21.3.2.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

21.3.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

21.3.3.1. **Para o engenheiro civil ou arquiteto:**

- a) Serviços de elaboração de projeto de arquitetura;
- b) Serviços de elaboração de projeto de escada enclausurada em edificação com, pelo menos, 3 pavimentos.
- c) Serviços de elaboração de projeto de fachada em pele de vidro em edificação com, pelo menos, 3 pavimentos.

21.3.3.2. **Para o engenheiro eletricista:**

- a) Serviços de elaboração de projeto de sistema de instalações elétricas de baixa tensão;

21.3.3.3. **Para o engenheiro civil, arquiteto, mecânico, eletricista ou outro indicado pela Contratada:**

- a) Serviços de elaboração de projeto de detecção, prevenção e combate a incêndio e pânico;

21.3.3.4. **Para o engenheiro mecânico:**

- a) Serviços de elaboração de projeto de sistema de ar-condicionado.

21.3.3.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se

como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

21.3.3.6. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10º, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

21.3.3.7. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executados os serviços de engenharia.

21.3.4. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, a saber:

21.3.4.1. Conterá os seguintes profissionais em seu quadro de pessoal em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato:

- a) Arquiteto (a);
- b) Engenheiro (a) Civil;
- c) Engenheiro (a) Eletricista;
- d) Engenheiro (a) Mecânico.

21.3.5. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

21.3.5.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. **Valor Global:** O valor máximo global da contratação é R\$ 303.300,44 (trezentos e três mil, e trezentos reais e quarenta e quatro centavos).

21.4.2. **Valores unitários:** conforme planilha orçamentária anexa ao edital.

21.5. Considerando a adoção do regime de empreitada por preço global, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

21.6. O critério de julgamento da proposta é o de **menor preço global**.

21.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21.8. A proposta de preço da licitante vencedora deverá conter declaração expressa de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos, tais como: salários; ônus tributários, fiscais, parafiscais, trabalhistas e sociais; EPIs, ART's, taxas, emolumentos, impressões de pranchas, plotagens, postagem de documentos, mídias de gravação (CD's, DVD's, etc.), registros, seguros, transportes, taxas postais, materiais, peças, equipamentos, ferramentas, serviços, montagens, instalações, mobílias, infraestrutura, testes, deslocamentos de pessoal e equipamentos; desmontagem, montagem e transporte de equipamentos e mobiliários; treinamento e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência e seus anexos.

21.8.1. A não descrição de materiais, equipamentos, taxas, peças e/ou insumos necessários à execução dos serviços não pode ser invocada pela Contratada como motivo para eventuais e posteriores acréscimos de preço.

21.8.2. Após a adjudicação do objeto da licitação, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta da licitante vencedora.

22. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

22.1. O custo estimado da contratação é R\$ 303.300,44 (trezentos e três mil, e trezentos reais e quarenta e quatro centavos).

22.2. A Licitante deverá dimensionar sua proposta de forma que englobe todas as despesas necessárias à total e completa execução do Contrato, conforme plano de execução pretendido, considerando eventuais despesas de:

- a) salários e treinamentos dos funcionários;
- b) ônus tributários, fiscais, parafiscais, trabalhistas, previdenciárias e sociais;
- c) transportes, cargas, descargas, montagens, desmontagens, instalações, movimentações, içamentos, perdas e estocagens, dentro e fora do local dos serviços;
- d) testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos;
- e) ferramentas, equipamentos (inclusive os de proteção individual e coletiva) e utensílios; e

f) adicional noturno e de hora extra para os funcionários;

g) garantias, seguros, licenças, impostos, taxas e outras cobranças de órgãos públicos, associações, conselhos e entidades afins.

22.3. Superdimensionamentos de até 10% (dez por cento) dos quantitativos inicialmente previstos para cada item serão consideradas irrelevantes e, por isso, não serão objeto de qualquer alteração contratual, conforme orientações do Acórdão 1.977/2013 - TCU - Plenário.

a) Se o percentual do erro ficar abaixo do percentual limite, significa que o erro não é relevante. Trata-se de risco ordinário do empreendimento, a ser remunerado pela "Taxa de Risco" que consta do BDI da obra ou serviço, e não deve fundamentar a prolatação de termo aditivo.

b) Em cada caso concreto, será analisada a envergadura do erro em relação ao valor global da avença, em comparação do que seria exigível incluir como risco/contingência no BDI para o regime de empreitada global, bem como a exigibilidade de identificação prévia da falha, no momento de elaboração da proposta.

c) Para fins de aplicação do dispositivo anterior, será considerada a "Taxa de Risco" fixada pela Administração por ocasião da elaboração do BDI.

d) Em nenhuma hipótese, serão objeto de acréscimo contratual serviços previstos na planilha orçamentária com unidade de medida "unidade [UN ou UNID]", "metro [m]", "mês [mês]" ou "quilograma [kg]", visto serem itens que podem ser quantificados diretamente mediante contagem ou conferência.

22.4. Se o percentual do erro ficar acima do limite acima disposto, somente serviços de materialidade relevante, assim considerados os que compõem o ramo A da curva ABC e corresponderem a, no mínimo, 9,00% do valor do contrato, serão considerados substanciais, conforme orientações contidas no Acórdão 1.977/2013 - TCU - Plenário, sem prejuízo da análise técnica acerca dos demais requisitos necessários para que possa haver alteração ulterior do contrato, nos termos do art. 65, II da Lei nº 8.666/93 e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

a) Em qualquer caso, a Contratada deverá comprovar, por meio de documentação técnica e memorial de cálculo, a serem analisados pela Contratante, que a alteração eventualmente pleiteada não ensejará a ocorrência do "jogo de planilhas", com redução injustificada do desconto inicialmente ofertado em relação ao preço base do certame no ato da assinatura do contrato, em prol do que estabelece o art. 14 do Decreto nº 7.983/2013, como também do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Da mesma forma, deverá ser comprovado que eventuais correções de quantitativo ou inclusões de serviços omitidos, não estão compensadas por distorções em outros itens contratuais que tornem o valor global da avença compatível com o de mercado.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 23.1.1. Gestão/Unidade: a ser divulgada no Edital;
- 23.1.2. Fonte de Recursos: a ser divulgada no Edital;
- 23.1.3. Programa de Trabalho: a ser divulgado no Edital;
- 23.1.4. Elemento de Despesa: a ser divulgado no Edital;
- 23.1.5. Plano Interno: a ser divulgado no Edital;
- 23.1.6. Nota de Empenho: a ser divulgada no Edital.

24. ANEXOS

24.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 24.1.1. Declaração de Vistoria/Não vistoria (SEI nº 0719459);
- 24.1.2. Ordem de Serviço (SEI nº 0594538);
- 24.1.3. Estudo Técnico Preliminar;
- 24.1.4. Anteprojeto;
- 24.1.5. Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (SEI nº 0722573);
- 24.1.6. Instrumento de Medição de Resultado (SEI nº 0624636);
- 24.1.7. Declaração de Conformidade de Orçamentos e Projetos (SEI nº 0594542);
- 24.1.8. Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (SEI nº 0623570);
- 24.1.9. Termo de Ciência de Sigilo (SEI nº 0623566);
- 24.1.10. Planilha Orçamentária de Referência (Documento SEI nº 0720266);
- 24.1.11. Anotação de Responsabilidade Técnica relativa ao Anteprojeto (Documento SEI nº 0727114).

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência para Pregão - Serviços comuns de engenharia

Atualização: Setembro/2021

